

O papel de intenções e demonstrações na referência demonstrativa

Palavras-Chave: demonstrativos, referência direta, intencionalismo

Autores

Ariston Sócrates Guimarães Soares Cruz [UNICAMP]

Prof. Dr. Marco Antonio Caron Ruffino (orientador) [UNICAMP]

INTRODUÇÃO:

Uma das formas mais elementares de comunicação é apontar para um objeto de sua atenção dizendo “aquilo” para se referir a este. Tal estrutura comunicativa corresponde ao uso de um *demonstrativo*, e está entre as primeiras aprendidas por infantes no processo de aquisição da linguagem (cf. Gómez-Torrente, 2019, p. 19). Demonstrativos fazem parte da classe linguística dos *indexicais*, que abrange expressões cujo significado varia conforme contexto de uso (e.g.: “hoje”, “eu”, “aqui”, “agora”, etc.). O traço distintivo de demonstrativos é que estes necessitam de complementação por elementos extralinguísticos para fixação de seus referentes. Na filosofia analítica contemporânea há um intenso debate sobre a natureza de tais elementos extralinguísticos.

Um dos primeiros esforços de oferecer uma explicação sistemática acerca da semântica de demonstrativos foi o *tratamento baseado em demonstrações* desenvolvido por David Kaplan em seus artigos “Dthat” (1978) e “Demonstratives” (1989a). De acordo com esta teoria, as regras linguísticas que regem o uso de demonstrativos estipulam a realização de *demonstrações* para fixação do referente. Aqui, compreende-se *demonstração* como um termo técnico para designar os gestos físicos que acompanham proferimentos de demonstrativos, como o apontar de dedo, fixação de olhar, etc. Dessa forma, o referente de um uso de demonstrativo seria aquilo que a demonstração tenta selecionar, o chamado *demonstratum*. Uma dificuldade é explicar a inerente *vagueza* de demonstrações, isto é, o fato de gestos estarem sujeitos estando sujeito a imprecisões que impossibilitariam a fixação de referentes. Diante dessa e outras



Homem adulto segurando uma criança enquanto ambos apontam seus dedos.
Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pointing_%263454365347%29.jpg

dificuldades similares, alguns teóricos, inclusive o próprio Kaplan, passaram a propor uma abordagem alternativa, chamada de *Intencionalismo*.

O Intencionalismo é uma família de teorias que elencam *intenções dos falantes* como decisivas para fixação dos referentes de demonstrativos. Aqui, entende-se *intenção* como o estado psicológico do falante de pretender selecionar um objeto sob sua atenção através de um instrumento linguístico (no caso, um demonstrativo). Tradicionalmente, o tipo específico de intenção requerida neste enquadramento teórico é chamada de *intenção diretiva*, mas proponentes de versões mais restritas do intencionalismo defendem uma maior precisão na delimitação do que conta como sendo intenção diretiva (cf. Siegel, 2002). A ideia básica por trás dessas teorias é capturar a intuição linguística de que se referir às coisas demonstrativamente é uma tarefa muito simples, sendo um processo cognitivo que qualquer ser humano, até crianças, são capazes de realizar independentemente de um domínio pleno de suas capacidades motoras, contrariamente ao que teorias baseadas em demonstrações parecem presumir (cf. Perry, 2009). Outra motivação seria recuar de uma discussão propriamente semântica e envolvendo entidades linguísticas para uma discussão sobre como determinados estados mentais, em particular intenções diretivas, se relacionam com objetos referidos (cf. Siegel, 2002). No entanto, o intencionalismo aparenta possuir uma dificuldade em explicar situações em que o falante falha em alinhar sua intenção com a demonstração que emite. O exemplo clássico, que remonta a Kaplan (1978), envolve um professor que possui a intenção de se referir a um quadro de Rudolf Carnap, mas acaba inadvertidamente gesticulando na direção de um retrato de Spyro Agnew. O propósito do caso do quadro de Carnap-Agnew é suscitar a intuição semântica de que as intenções dos falantes não são decisivas na referência de demonstrativos, sendo passíveis de serem revogadas por demonstrações. Assim, este caso passou a ser considerado um contra-exemplo relevante às formulações tradicionais do intencionalismo. Versões mais sofisticadas deste tipo de contra-exemplo se concentram em falantes que aparentam ter simultaneamente múltiplas intenções de se referir a objetos diferentes, e constituem o que passou a ser conhecido na literatura como o *problema das intenções conflitantes*. No debate desencadeado por este problema, figuram questões sobre o papel de intuições linguísticas na filosofia, sobre quais são os procedimentos adequados para elaboração de teorias semânticas, como organizar e desenvolver formalizações lógicas que capturem o funcionamento de indexicais e demonstrativos, entre outros.

METODOLOGIA:

A pesquisa empreendida consistiu em uma investigação teórica a respeito da semântica de indexicais, com enfoque na referência de demonstrativos. Em virtude do caráter teórico desta proposta de pesquisa, as ferramentas de análise primárias consistem em levantamento bibliográfico, leitura crítica, e argumentação filosófica. Foi realizado um mapeamento das teorias semânticas de demonstrativos, bem como um estudo do debate em torno do papel de intenções e demonstrações na referência demonstrativa, através da leitura pormenorizada dos seguintes artigos: Kaplan (1978,

1989a, 1989b, 2011), Reimer (1991a, 1991b, 1992), Bach (1992), Bertholet (1986), Siegel (2002), King (2014).

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Motivada pelo problema das intenções conflitantes, a filósofa Marga Reimer (1991a, 1991b, 1992) formula uma posição intermediária chamada *quasi-intencionalismo*. De acordo com esta teoria, as intenções do falante desempenham um papel na referência demonstrativa, mas que é restrito e secundário ao de demonstrações e da saliência contextual. Através destas concessões, Reimer espera capturar as virtudes teóricas do intencionalismo sem se submeter aos contra-exemplos do problema das intenções conflitantes, bem como preservar as intuições do tratamento baseado em demonstrações. No entanto, na literatura há articulações convincentes de que a posição avançada por Reimer não é sustentável. Contra Reimer, Kent Bach (1992) argumenta que a interpretação que ela apresenta dos supostos contra-exemplos ao intencionalismo repousa sobre uma presunção equivocada. Reimer teria falhado em considerar uma distinção crucial, nomeadamente, entre intenções *demonstrativas* e intenções *referenciais*. A intenção demonstrativa é a intenção que um agente possui de destacar um objeto que tem em mente através de uma demonstração, enquanto a intenção referencial é a intenção griceana de dizer algo sobre um objeto demonstrado de modo que a audiência reconheça esta intenção e possa identificar o objeto referido. Conforme Bach ressalta, somente intenções referenciais são relevantes para fixação do referente. O papel desempenhado por intenções demonstrativas está fora do âmbito de uma semântica de demonstrativos. Sob esta perspectiva, os exemplos de Kaplan (1978) e Reimer apenas mostrariam situações em que falantes falham em efetivar suas intenções demonstrativas. Críticas da mesma natureza são ecoadas por Siegel (2002) e King (2014), que ressaltam que (i) as formulações de Reimer dos supostos contra-exemplos não atribuem as intenções corretas aos falantes e (ii) a posição quasi-intencionalista de Reimer não estipula critérios claros e rígidos para o papel desempenhado pelas intenções do falante na ausência de demonstrações ou de objetos maximamente salientes

Para dissolver o problema de intenções conflitantes, Siegel (2002) propõe uma redução de escopo ao intencionalismo. De fato, ela adere à uma concepção *pluralista* acerca da referência demonstrativa, concedendo que múltiplas explicações para referência demonstrativa são conciliáveis. Isto é, ela defende que as diferentes teorias não precisam ser consideradas mutuamente exclusivas. Repousando sob esta concepção pluralista, Siegel formula o *intencionalismo limitado*. Esta versão do intencionalismo se ocupa de casos em que falantes percebem um objeto e possuem uma intenção *perceptualmente ancorada* de demonstrar este objeto. Uma intenção é perceptualmente ancorada se, e somente se, o agente está perceptualmente focado no objeto em virtude do processo de distinção entre um objeto e seus arredores. Aqui, a motivação é oferecer critérios mais rígidos e bem definidos e ressaltar o papel da percepção nos casos “paradigmáticos” que o intencionalismo kaplaniano discute. Siegel também levanta uma discussão metodológica importante sobre o papel dos contra-exemplos na

filosofia da linguagem. Ao abordar um contra-exemplo à sua teoria, ela ressalta que há uma variação no que considera-se como sendo as intuições semânticas das audiências. Muitas vezes esta variação é explicada pelos comprometimentos teóricos por trás desse tipo de exemplo, que podem envolver concepções ingênuas e inapropriadas sobre o funcionamento de referência semântica e da linguagem natural. Em particular, Siegel destaca as propostas que estipulam que as intuições de membros da audiência são a perspectiva de agentes perfeitamente razoáveis e suficientemente informados. Este tipo de proposta seria ingênua pois desconsidera elementos contextuais relevantes que informam o julgamento de membros da audiência. Adicionalmente, Siegel sugere que o debate em torno da referência demonstrativa é obscurecido se adotarmos a falsa dicotomia entre intencionalismo e teorias baseadas em demonstrações. O foco excessivo nas divergências entre essas duas teorias explicaria também a preponderância das discussões sobre contra-exemplos ao intencionalismo na literatura primordial sobre demonstrativos.

CONCLUSÕES:

A partir do que foi exposto anteriormente, pode-se notar que a pesquisa reconstruiu as motivações por trás dos principais tratamentos teóricos presentes na literatura filosófica para semântica de demonstrativos, e das motivações por trás das teorias clássicas estudadas e dos elementos que constituem o *problema das intenções conflitantes*. Além disso, foram exploradas as possíveis vias de respostas a este problema disponíveis aos intencionalistas. Em particular, a abordagem pluralista de Susanna Siegel (2002) foi destacada como uma forma viável de lidar com os aparentes contra-exemplos às formulações tradicionais do intencionalismo.

BIBLIOGRAFIA

- Bach, Kent (1992). "Intentions and Demonstrations". *Analysis* 52 (3):140-146.
- Bach, Kent (2016) "Reference, intention, and context: Do demonstratives really refer?" Maria de Ponte & Kepa Korta, (eds.) 2017. *Reference and Representation in Thought and Language*. Oxford University Press., pp. 57-73
- Bertholet, R. (1986). "Referring, demonstrating, and intending". *Philosophy Research Archives*, 12 : 251–26
- Kaplan, David (1978). "Dthat". In Peter Cole (ed.), *Syntax and Semantics*. Academic Press. pp. 221-243.
- Kaplan, David (1989a). "Demonstratives: An Essay on the Semantics, Logic, Metaphysics and Epistemology of Demonstratives and other Indexicals." In J. Almog, J. Perry & H. Wettstein (eds.), *Themes From Kaplan*. Oxford University Press. pp. 481-563.
- Kaplan, David (1989b). "Afterthoughts". In J. Almog, J. Perry & H. Wettstein (eds.), *Themes From Kaplan*. Oxford University Press. pp. 565-614.
- Kaplan, David "An Idea of Donnellan" (2011). In J. Almog & P. Leonardi (eds.), *Having In Mind: The Philosophy of Keith Donnellan*. Oxford University Press. pp.122-175.
- Korta, Kepa & Perry, John (2011). *Critical Pragmatics: An Inquiry Into Reference and Communication*. Cambridge University Press.

King, J. C. (2014). "Speaker intentions in context". *Noûs*, 48(2):219–237

Reimer, Marga. (1991a). "Demonstratives, demonstrations, and demonstrata". *Philosophical Studies*, 63(2):187–20

Reimer, Marga (1991b). "Do Demonstrations Have Semantic Significance?" *Analysis* 51 (4):177-183.

Reimer, Marga (1992). "Three views of demonstrative reference". *Synthese* 93 (3):373-402.

Wettstein, H. (1984). "How to Bridge the Gap Between Meaning and Reference". *Synthese* 58 (1):63 - 84.